Um Sermão sobre 1 Coríntios 15:14

Traduções · Geerhardus Vos · 9 de setembro de 2026

Entre os males que ameaçavam a vida da igreja em Corinto, e cuja correção constituía o principal propósito de Paulo ao escrever esta epístola, encontravam-se certas dúvidas e erros acerca da ressurreição. Evidentemente, Paulo atribuía enorme importância a essas coisas. Pode-se inferir isso do fato de que, ao tratar das diversas condições anormais existentes na igreja, ele reserva para o final da epístola o tratamento desse mal específico. Ele queria que a impressão causada pelo que tinha a dizer sobre esse ponto fosse a impressão final e mais duradoura deixada na mente dos coríntios. Todos os outros problemas relativos a questões como divisões e partidarismo, a recaída em modos pagãos de viver, casamentos entre crentes e incrédulos, embora importantes em si mesmos, pertenciam, afinal, à periferia, ao resultado, e não à raiz e ao centro do cristianismo.

Mas, quanto à ressurreição, tratava-se de uma questão completamente diferente. Aqui estavam em jogo o coração, o núcleo, o próprio fundamento e a substância da fé cristã. Paulo sentia que, se nesse ponto vital um sério afastamento da verdade fosse deixado desenvolver-se sem impedimento, então, mais cedo ou mais tarde, pela inexorável lei da doença orgânica, todo o corpo estaria condenado à destruição. Assim, e somente assim, podemos explicar a maneira intensamente séria, cuidadosa e abrangente pela qual o apóstolo conduz a batalha por essa parte da posição cristã. Paulo estava tão profundamente impressionado com o caráter vital dessa verdade que nenhum outro método de defendê-la poderia satisfazê-lo, senão aquele pelo qual ela fosse colocada no centro da religião cristã e toda a luz que irradiava de suas mais elevadas experiências e convicções fosse concentrada sobre ela.

Podemos dizer que Paulo apresenta aqui a ressurreição como aquilo para o qual tudo no cristianismo tende, o alvo no qual todo o pensamento, esforço e esperança dos crentes encontram seu perfeito descanso e sua solução triunfante. Parece-me que não poderíamos estabelecer para nós mesmos tarefa mais apropriada ou proveitosa neste dia de Páscoa do que, guiados pelo apóstolo, traçar a conexão interior de nossa fé cristã com a ressurreição de Cristo. Se a observância, pela igreja, de períodos especiais associados às grandes épocas da obra da redenção pode de algum modo ser justificada, ela não pode ser justificada sobre fundamento mais elevado do que este: épocas como Natal, Páscoa e Pentecostes nos convidam a nos elevar por um momento acima da pobre fragmentariedade de nossa consciência comum da salvação, alcançando aquela visão mais clara e bendita pela qual, como do alto de uma montanha, contemplamos toda a extensão da origem de nossa fé. Tudo nos pertence por direito, irmãos, porque somos de Cristo, e Cristo é de Deus; mas somos conscientemente ricos somente na medida em que aprendemos a nos colocar, ao menos algumas vezes, naqueles pontos elevados dos quais podemos contemplar como um todo a terra das promessas de Deus. Talvez não apreciemos suficientemente até que ponto a recordação, em épocas determinadas, desses grandes fatos da encarnação, da expiação, da ressurreição e do dom do Espírito tem mantido vivo na igreja o espírito da verdadeira piedade evangélica. Estou certo de que não teremos meditado em vão sobre estas palavras se nossa meditação nos levar a perceber, em alguma medida, quão inteiramente nossa santa religião permanece de pé ou cai juntamente com a ressurreição de Cristo.

Ressurreição e Justificação

Há três linhas de pensamento que eu gostaria de seguir brevemente com vocês. Perguntemos, sucessivamente: o que significa a ressurreição de Cristo para nossa justificação; o que significa para nossa

regeneração; e o que significa para nossa glorificação?

Primeiramente, então, observamos que, para Paulo, a ressurreição ocupa o centro do evangelho enquanto evangelho da justificação, da libertação da culpa do pecado. Para Paulo, a única questão religiosa que supera em importância todas as outras é esta: “Como pode um homem pecador tornar-se justo diante de Deus?” Ora, se a ressurreição de Cristo nada tivesse a contribuir para a solução desse problema extraordinário, então, qualquer que fosse a importância que lhe pertencesse em outras conexões, dificilmente se poderia dizer que ela pertence ao coração do evangelho. Ela teria de recuar para a sombra da cruz.

De fato, é isso que frequentemente acontece em nossa mente quando pensamos no perdão dos pecados. Que a justificação depende da cruz é um dos lugares-comuns de nossa fé evangélica, tanto que dificilmente julgamos necessário perguntar se a ressurreição talvez não tenha uma relação igualmente importante com essa grande preocupação de nossa alma diante da justiça de Deus. Ora, pelas palavras de nosso texto fica evidente que, para Paulo, a ressurreição é um passo absolutamente necessário na obra da expiação e da justificação. “Se Cristo não ressuscitou”, diz ele aos coríntios, “é vã a vossa fé”. Isto é, a vossa fé é ineficaz e sem valor. E em que sentido a fé deles seria ineficaz e sem valor, supondo que Cristo não tivesse ressuscitado, aparece nas palavras seguintes: “Ainda estais em vossos pecados”.

É a fé justificadora, a fé em sua conexão com o perdão dos pecados, cuja eficácia está de algum modo vinculada à ressurreição do Salvador. “Ainda estais em vossos pecados” significa: “Ainda estais sob a condenação do pecado”, sujeitos à ira de Deus, expostos à destruição eterna. Isso aparece ainda mais claramente naquilo que o apóstolo acrescenta imediatamente: “Logo, também os que dormiram em Cristo pereceram”.

E esse não é o único lugar nas epístolas de Paulo em que a justificação do crente e a ressurreição de Cristo são unidas. Em outro lugar lemos que nossa fé cristã, da qual depende a imputação da justiça, está em Deus como aquele que ressuscitou dentre os mortos Jesus, nosso Senhor (Rm 10:9). Cristo foi entregue por causa de nossos pecados; foi ressuscitado por causa de nossa justificação (Rm 4:25). Ninguém pode apresentar acusação alguma contra os eleitos de Deus; Deus justifica, e ninguém pode condenar, porque foi Cristo Jesus quem morreu, ou melhor, quem ressuscitou dentre os mortos (Rm 8:33,34).

Falar desesperadamente no coração, como se a justiça ainda precisasse ser providenciada, seria equivalente a dizer: quem subirá ao céu, isto é, com o propósito de trazer Cristo novamente para baixo, para sua vida de sofrimento e humilhação? E quem descerá ao abismo, isto é, com o propósito de trazer Cristo para cima, do reino da morte? As duas coisas, portanto, das quais a justiça depende são a descida de Cristo do céu para levar nossos pecados e a ressurreição. Daí: “Se creres em teu coração que Deus ressuscitou Jesus dentre os mortos, serás salvo” (Rm 10:9).

De tudo isso fica perfeitamente claro que não estamos lidando aqui com uma forma isolada de representação, mas com algo que se destacava no ensino do apóstolo como verdade fundamental, sobre a qual ele insistia repetidamente nas mais diversas conexões. Somos, portanto, obrigados a fazer a pergunta: “O que é que a ressurreição contribui para que nos tornemos justos diante de Deus?”

Creio que podemos expressar a resposta da maneira mais simples dizendo: “A ressurreição está relacionada à justiça da mesma maneira que a morte está relacionada ao pecado”. Se compreendermos claramente o que a morte significava para o apóstolo, imediatamente se tornará claro o que a ressurreição de Cristo significava para ele.

Morte é uma palavra que ocupa enorme espaço nas epístolas paulinas. Talvez ninguém tenha percebido tão intensamente quanto o apóstolo o caráter terrível da morte. A morte aparece-lhe personificada como um grande inimigo, um espectro gigantesco, lançando sua terrível sombra sobre a existência humana, algo

com que é impossível reconciliar-se, mais horrível do que qualquer outra forma ou figura encontrada no mundo espiritual.

Ora, a que deve a morte esse seu terror singular na mente de Paulo? Trata-se simplesmente da inevitável repulsa estética diante de sua repugnância enquanto processo de dissolução física? Ou diremos que o apóstolo recua diante da morte por causa do forte desejo instintivo de viver, assim como todo ser vivo recua diante daquilo que ameaça abreviar sua existência?

Ambos esses sentimentos estão presentes, em maior ou menor grau, na mente de todo homem. Sem dúvida estavam presentes na mente de Paulo e, até certo ponto, davam cor à sua intensa consciência sobre esse assunto. Mas não explicam essa consciência de maneira completa. Na atitude do apóstolo em relação à morte há algo mais do que isso, algo diferente disso; há um elemento de repulsa moral.

Paulo abomina e odeia a morte porque ela é o salário, a penalidade do pecado. Qualquer outra coisa que ela pudesse ser, para ele aparecia antes de tudo como ministra da condenação, a sentença de Deus contra o pecado personificada e encarnada. É isso que a morte é quando a despimos de todas as características acidentais. A morte é a expressão do pecado. Sua sentença e sua penalidade são uma só coisa, com a qual a criminalidade do pecado marca indelevelmente o pecador. O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei, e a lei nada mais é do que o próprio Deus confrontando pessoalmente o transgressor e pronunciando o juízo: “A alma que pecar, essa morrerá”.

Ora, se esse é o significado da morte em geral, segue-se que a morte de Cristo em particular deve ser interpretada segundo o mesmo princípio. Cristo foi feito pecado em nosso favor. Quando assumiu nossa culpa, tornou-se inevitável que caísse sobre ele não apenas alguma forma geral de sofrimento decorrente do pecado, mas também a única grande punição típica do pecado, isto é, que ele morresse.

Embora toda a sua vida na carne, do começo ao fim, tenha sido uma vida de carregar o pecado, foi especificamente na cruz e na morte ocorrida sobre a cruz que o poder condenatório da lei se concentrou sobre Cristo. Ali se tornou manifesto que ele havia se tornado pecado por nós, a maldição encarnada.

Mas, se é assim, então a importância da ressurreição para a obra expiatória de Cristo imediatamente se torna evidente. Se a morte do Salvador era a corporificação da maldição que repousa sobre o mundo, então, enquanto ele permanecesse sob o poder da morte, não poderia haver segurança de que a satisfação tivesse sido oferecida, de que a condenação da ira divina tivesse sido removida.

Por outro lado, tão logo, em algum ponto, o processo da morte seja interrompido e se permita que a vida emerja da morte, isso equivalerá a uma declaração prática da parte de Deus de que a maldição se esgotou e a penalidade foi paga.

Ora, a ressurreição corporal de Cristo era a única maneira pela qual isso poderia ser declarado de modo impressionante. Como a maldição colocada sobre ele havia assumido a forma visível da separação entre corpo e alma, era necessário que, nessa mesma esfera física e nessa mesma forma palpável, a absolvição divina fosse solenemente pronunciada e registrada.

Ao ressuscitar Cristo dentre os mortos, Deus, como Juiz supremo, colocou seu selo sobre a absoluta perfeição e completude de sua obra expiatória. A ressurreição é um anúncio público ao mundo de que a penalidade da morte foi suportada por Cristo até seu amargo fim e de que, consequentemente, o domínio da culpa foi quebrado e a maldição aniquilada para sempre.

E tudo isso era verdadeiro acerca de Cristo não tanto em sua capacidade pessoal, mas como nosso representante. Nós estávamos envolvidos, você, eu e todos os crentes, nessa transação de imensa importância. O princípio de nossa justificação foi ali estabelecido como fato consumado.

É tão impossível que alguém por quem Cristo ressuscitou dentre os mortos deixe de receber a justiça de Deus quanto é impossível que Deus desfaça a própria ressurreição de Cristo. Consequentemente, sabendo que somos um com Cristo, encontramos na ressurreição a mais forte segurança possível de perdão e paz.

Irmãos, quando Cristo ressuscitou na manhã de Páscoa, deixou para trás, nas profundezas do túmulo, cada um de nossos pecados; ali permanecem eles sepultados da vista de Deus de maneira tão completa que, mesmo no dia do juízo, jamais poderão levantar-se novamente contra nós.

E isso não é verdadeiro apenas acerca da ressurreição enquanto fato consumado. É verdadeiro, em sentido ainda mais elevado, acerca do próprio Senhor ressurreto. A própria vida do Cristo exaltado é testemunha da bendita realidade do perdão de nossos pecados.

No Salvador vivo, Paulo deseja que, pela fé, apreendamos nossa justificação. No mesmo sentido real em que, na terra, ele foi identificado com nosso pecado, agora, em sua vida ressurreta, ele está identificado com nosso estado de perdão e aceitação. Segundo as profundas palavras do apóstolo, tornamo-nos a justiça de Deus nele (2 Co 5:20), porque ele se tornou a justiça de Deus por nós.

Ressurreição e Regeneração

Em segundo lugar, a ressurreição de Cristo possui importância fundamental para a renovação de nossa vida, para nossa regeneração e santificação.

Todos nós temos consciência de que o poder criador e regenerador que transforma nossa vida, que expulsa o pecado e infunde santidade, procede do Espírito de Cristo. E, mais uma vez, com isso Paulo não quer meramente dizer que, de acordo com a constituição trinitária da Divindade, o Filho envia o Espírito como seu representante e agente para executar sua tarefa.

O apóstolo ensina claramente que Cristo, como Deus-homem, como Mediador, em seu estado exaltado possui, em sentido especial e singular, a disposição do Espírito, uma vez que o Espírito habita em sua própria natureza humana e a reveste de poder e glória transcendentes. Cristo é Senhor do Espírito. Mais ainda, usando linguagem ainda mais forte, dizemos com Paulo: Cristo é o Espírito (1 Co 15:45; 2 Co 3:17).

Ora, o ponto que devemos observar para nosso propósito presente é que essa relação singular e íntima entre o Espírito e Cristo data do momento da ressurreição. Pela ressurreição dentre os mortos, ele foi eficazmente declarado Filho de Deus em poder (Rm 1:4). Na ressurreição, tornou-se o Segundo Adão, que é Espírito vivificante (1 Co 15:45).

Sob outra forma, o mesmo pensamento é expresso quando Paulo apresenta a glória de Cristo como a fonte da qual o poder sobrenatural é exercido sobre o crente (2 Co 3:12). E essa glória de Cristo nada mais é do que sua glória ressurreta.

De vários pontos de vista, portanto, somos ensinados pelo apóstolo que a ressurreição de Cristo, além de ser o reconhecimento divino de sua perfeita justiça, é também a fonte de todas as influências renovadoras e vivificantes que dele descem até nós.

Pregar um Cristo ressurreto significa pregar um evangelho que reivindica vir com demonstração do Espírito e de poder. Significa pressupor que este mundo está morto em delitos e pecados, que nenhuma palavra de persuasão, nenhuma força de exemplo, nenhuma libertação do corpo, na verdade, nada menos que uma nova criação pode dar-lhe vida.

Precisamente aqui se encontra o ponto em que o antigo evangelho apostólico de Paulo e as modernas

interpretações moralizantes do cristianismo seguem caminhos diferentes.

Porque o mundo moderno deixou de levar o pecado a sério, perdeu seu senso da necessidade do sobrenatural na obra da salvação; e, para semelhante estado de espírito, a mensagem da ressurreição de Cristo já não exerce apelo.

Atualmente, muitos dos que se chamam cristãos acreditam que tudo o que é necessário para alcançar um estado de perfeição é a autoevolução do homem natural. Ora, no que diz respeito a processos puramente interiores, esse moderno espírito naturalista considera fácil revestir-se das antigas formas cristãs e conservar as antigas maneiras cristãs de falar.

Mas imediatamente se levantará em protesto quando for confrontado com uma intervenção do sobrenatural na esfera externa e física, como a ressurreição do corpo.

Precisamos então nos admirar de que, onde cristãos começaram a dar ouvidos a esse espírito sedutor, a doutrina da ressurreição tenha gradualmente passado a ser considerada fonte de fraqueza em vez de força?

Parece estar ganhando terreno a convicção de que todos os fins práticos da religião seriam igualmente bem servidos, e uma possível causa de escândalo seria removida, se essa doutrina fosse trocada por uma simples crença na imortalidade da alma, tanto com referência a Cristo quanto aos crentes.

Podemos aprender com Paulo, irmãos, que o ceticismo nesse ponto concreto é sintoma de infecção pelo veneno do naturalismo no próprio coração da fé cristã.

A característica mais impressionante do tratamento que Paulo dá à ressurreição aqui e em outros lugares é que, longe de apresentá-la como fato isolado, ele a torna parte de uma obra orgânica de renovação que envolve tanto a alma quanto o corpo do homem.

A ressurreição é sobrenatural por nenhuma outra razão senão esta: do começo ao fim, na regeneração, na santificação e em tudo mais, a obra da graça é sobrenatural no sentido mais absoluto da palavra.

Segundo Paulo, a mesma extraordinária grandeza do poder divino é manifestada na produção da vida espiritual na alma do pecador como quando Deus ressuscitou Cristo dentre os mortos e o fez sentar-se à sua direita nos lugares celestiais.

Uma coisa não é mais difícil de crer nem mais essencial de sustentar do que a outra.

A grande questão para você e para mim não é se creremos ou deixaremos de crer na ressurreição como um único acontecimento histórico, mas se manteremos ou abandonaremos o caráter do cristianismo como religião da ressurreição, uma religião capaz de trazer vida dentre os mortos, tanto aqui quanto no futuro. Poderia essa escolha ser difícil para algum de nós?

Ressurreição e Glorificação

Em terceiro lugar, observemos muito brevemente que a ressurreição de Cristo é fundamental para nossa glorificação.

A nossa é uma religião cujo centro de gravidade encontra-se além do túmulo, no mundo por vir. A convicção de que o evangelho tem como propósito primário preparar o homem para uma vida futura e que, consequentemente, nem sua verdadeira natureza pode ser compreendida nem sua plena glória apreciada se não for colocado à luz da eternidade, essa convicção está amplamente por trás do raciocínio do apóstolo, tanto aqui quanto em outros lugares.

O cristianismo faz muitas coisas pela vida presente, mas, se quisermos compreender o quanto ele pode fazer, precisamos dirigir nosso olhar para a vida além.

Que expressão mais eloquente desse sentimento poderia ser concebida do que aquela encontrada imediatamente próxima de nosso texto, nas palavras: “Se, chegando ao fim, somos daqueles que têm esperança em Cristo somente nesta vida, somos os mais dignos de compaixão entre todos os homens”?

O que isso pode significar senão que os principais pensamentos, sentimentos e esforços do cristão giram em torno do estado futuro; e que, se esse alvo se revelasse destituído de realidade objetiva, o caráter absoluto com que o crente apostou tudo em sua obtenção necessariamente o faria parecer, em sua ilusão, a mais digna de compaixão entre todas as criaturas?

Que abismo existe, então, entre essa declaração do apóstolo e o sentimento com que às vezes nos deparamos, segundo o qual seria melhor que o cristianismo se livrasse de toda especulação inútil acerca de um estado futuro incerto e concentrasse suas energias na melhoria do mundo presente.

Paulo não poderia ter acolhido semelhante sentimento nem por um instante, porque a sede pelo mundo por vir pertencia à própria substância da religião de seu coração.

Ele sentia profundamente que o destino do crente e os propósitos de Deus com relação a ele transcendem todos os limites daquilo que esta vida terrena pode possivelmente proporcionar ou conter.

A obra de Cristo por nós se estende ainda mais longe do que a restauração daquilo que o pecado destruiu.

Se Cristo nos colocasse novamente onde Adão se encontrava em sua retidão, sem pecado e sem morte, isso já seria graça indescritível, mais do que suficiente para tornar o evangelho uma palavra bendita.

Mas a graça excede o pecado muito mais abundantemente do que tudo isso. Além de apagar o último vestígio do pecado e de suas consequências, ela abre para nós aquele mundo superior cujo limiar nem mesmo o primeiro Adão ainda havia alcançado.

E isso não é mera questão de graus de bem-aventurança. É uma diferença entre dois modos de vida. Assim como o céu está elevado acima da terra, também a condição de nosso estado futuro transcenderá a do antigo paraíso.

É por essa razão que sabemos tão pouco e que, mesmo nos momentos de maior clareza de nossa visão espiritual, formamos ideias tão inadequadas daquilo que nos espera no futuro.

Mas, graças a Deus, na ressurreição de Cristo o véu foi levantado uma vez.

Quando Cristo ressuscitou do túmulo, ressuscitou como alguém cuja natureza humana havia sido transformada de maneira a harmonizar-se com as condições celestiais.

Isso era verdadeiro não apenas acerca de seu corpo, mas acerca de todas as faculdades e poderes de sua humanidade, até então exercidos em humilhação e agora libertos e tornados aptos para seu perfeito exercício na glória celestial.

Nesse aspecto, a ressurreição de Cristo é profética da ressurreição de todos os crentes. Assim como trouxemos a imagem do homem terreno, também traremos a imagem do homem celestial (1 Co 15:49).

Na ressurreição, portanto, temos a garantia de que também nós seremos tornados aptos, em toda a nossa natureza, para nossa habitação no céu.

Somente compreendendo isso podemos compreender o verdadeiro significado da ressurreição do corpo.

A grande esperança do cristão não é simplesmente que nossos corpos nos sejam restaurados, mas que nos sejam restaurados em um estado tal que se assemelhem ao corpo ressurreto de Cristo; de maneira que, por meio deles, nosso espírito possa habitar em perfeita harmonia com seu ambiente celestial e possa viver, em sua forma consumada, a vida que não conhece fim.

Em conclusão, observemos que esses três aspectos da ressurreição de Cristo não são apenas, cada um em si mesmo, fundamentais, mas também, quando tomados em conjunto, constituem um resumo abrangente do evangelho que fomos comissionados a pregar.

Paz de consciência, renovação da vida, certeza do céu: o que além disso poderíamos procurar levar aos nossos semelhantes? O que menos do que isso ousaríamos oferecer-lhes sob o nome de evangelho?

Como pregadores de Cristo e da ressurreição, lembremo-nos sempre de dar a devida proeminência a essas três grandes coisas.

Não há uma satisfação especial em podermos proclamar um evangelho que cobre de maneira tão completa as necessidades de um mundo pecaminoso?

“Se Cristo não ressuscitou, então é vã a nossa pregação e vã a fé de todos os que nos ouvem.”

Mas, agora que Cristo ressuscitou dentre os mortos e trouxe à luz justiça, vida e céu, podemos permanecer firmes, inabaláveis, sempre abundantes na obra do Senhor, porque sabemos que nosso trabalho não é vão no Senhor.

Pregado na Capela de Princeton, na Páscoa, em 23 de abril de 1905
Princeton, Nova Jersey